

Partido dos professores:

elite partidária e evolução política do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL)

Julio Cesar Gonçalves da Silva

Resumo

Este artigo investiga a elite do PSOL, com o objetivo de encontrar indícios de representatividade social e oligarquização para refletir sobre a evolução política do partido. Para obter as informações necessárias, coletamos dados sobre carreira política, ocupação de origem, participação em movimentos sociais e sindicais e formação escolar da elite partidária. Para isso, elaboramos uma ficha prosopográfica em que sistematizamos: 1) ano de ingresso no PSOL; 2) tendência política a que pertence dentro do partido; 3) carreira partidária; 4) formação escolar; 5) profissão; 6) unidade da federação em que reside; 7) ano de nascimento; 8) movimento social em que atua ou atuou; 9) mandatos eletivos. Constatamos que, apesar do caráter majoritariamente proletário da coalizão dominante do PSOL, existe uma gigantesca hegemonia da categoria docente, de tal modo que podemos descrever a organização como um “partido de professores”. Verificamos também uma taxa significativa de parlamentarização da Comissão Executiva Nacional. Essa realidade partidária tem gerado um forte impulso à moderação política. Porém, a existência de instâncias democráticas como o Congresso e a permanente recomposição das frações hegemônicas aponta para a existência de conflitos decisivos entre impulso à moderação e a tentativa política de obstruí-lo. Os resultados obtidos permitem constatar e ao mesmo tempo contestar a lei de bronze de Michels. Ainda que tenhamos verificado traços de oligarquização e elitização da coalizão dirigente do PSOL, bem como de seu corolário, a moderação política, observamos que as lutas entre as tendências internas do partido são capazes de conjurar determinismos sociológicos.

Palavras-chave: partido político; elite partidária; análise prosopográfica; extrema esquerda; Partido Socialismo e Liberdade (PSOL).

Abstract

This article investigates the PSOL elite, trying to find trends of social representation and oligarchization to reflect on the political evolution of the party. To obtain the necessary information, we gathered data on political career, professional background, social and unions activism and scholar formation. For that, we elaborated a prosopographical record where we systematized: 1) the year of affiliation to the party; 2) the

Sobre o autor:

Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) e graduado em Ciências Sociais pela mesma universidade. Correio eletrônico: nazguitar@gmail.com.

attachment to partisan leaning; 3) career within the party; 4) academic formation; 5) occupation; 6) federation unit in which he or she lives; 7) year of birth; 8) social movement involvement; 9) number of elective mandates in office. We found that, despite the predominantly proletarian majority of the dominant coalition, there is an enormous hegemony of professors, in such a way that we can describe the party as a 'party of professors'. We also found a high level of parliamentarization of the party's National Executive Committee. This situation has brought forth a great political moderation. However, the existence of democratic bodies, such as the Congress, and the permanent recomposition of hegemonic fractions point out to central conflicts between moderation and attempts to block it. The results allow us to confirm and at the same time reject Michels' Iron Law. Even though we encountered trends to oligarchization and elitism of PSOL's directors, and also of its opposite (the political moderation), we conclude that the struggle between the party trends is capable to conjure sociological determinisms.

Keywords: political party; party elite; prosopographical analysis; extreme leftist; Partido Socialismo e Liberdade (PSOL).

Artigo recebido em 10 de janeiro de 2013; aceito para publicação em 25 de abril de 2013.

Introdução

As eleições de 2012 indicaram que o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) pode se tornar, ao contrário de seus concorrentes na extrema esquerda, uma força eleitoral no Brasil. O partido praticamente dobrou o número de vereadores eleitos (49 contra 25 em 2008). Desses vereadores, 22 venceram em capitais em 2012, contra oito em 2008. O PSOL conquistou também suas duas primeiras prefeituras: Gelsimar Gonzaga, no pequeno município fluminense de Itaocara, e Clécio Luiz, em Macapá, capital do Amapá. Além disso, conseguiu ser o agente principal da disputa no Rio de Janeiro (o segundo maior colégio eleitoral dos municípios do país) e em Belém, no Pará. Esse desempenho tende a estimular maior curiosidade sobre esse partido, que até agora se manteve praticamente ignorado pelos estudos especializados. Este artigo pretende preencher esta lacuna.

O PSOL surgiu a partir de uma defecção da bancada de parlamentares do Partido dos Trabalhadores (PT) e de uma rebelião de algumas de suas tendências internas de extrema esquerda no contexto da votação da reforma da Previdência Social encaminhada pelo governo Lula em 2003. Foi fundado em junho de 2004 e obteve

registro definitivo na Justiça Eleitoral no dia 15 de setembro de 2005. Apresentando-se como um “guarda-chuva para a esquerda socialista do Brasil”, o PSOL foi construído em torno das bandeiras socialistas que o PT abandonou ao longo de seu processo de transformismo político.¹ Mas, estaria esse novo partido seguro de não repetir a trajetória política e ideológica do partido que lhe deu origem?

Robert Michels, em seu estudo clássico sobre a social-democracia alemã, indicou a existência de uma lei de bronze que assombra todas as organizações: a tendência à oligarquização. Essa lei sociológica geral teria como consequência a inevitabilidade da degeneração do caráter socialista dos partidos proletários: uma vez que a lei de bronze se impõe, os fins socialistas seriam necessariamente substituídos por fins moderados que garantissem, em primeiro lugar, a sobrevivência da organização da qual advém o poder da elite partidária (Michels, 1971). Por mais questionável que seja o determinismo presente nas concepções de Michels, na Ciência Política contemporânea existe certo consenso sobre a validade – ainda que parcial – de sua tese central. Embora uma pesquisa sobre a evolução de um determinado partido não se esgote nesse tipo análise, a investigação sociológica da elite partidária constitui um importante elemento a ser considerado, afinal permite pôr à prova uma das leis sociológicas mais influentes em estudos sobre a vida das organizações partidárias. Por essa razão, consideramos que a partir desta investigação seja possível trazer importantes elementos sobre os possíveis desdobramentos da evolução política do PSOL.

A questão da “elite” partidária é importante também para medirmos a representatividade social do partido. Nesse sentido, vale lembrar a existência de um possível diálogo entre o marxismo e a teoria das elites. Conforme observam Codato e Perissinotto,

(...) a análise classista da dinâmica política exigiria que se cumprissem três procedimentos, hierarquizados por ordem de importância, para que se pudesse comprovar a tese da representação política de classe por uma minoria (ou uma “elite”): a) o estudo do comportamento efetivo dessa minoria; b) a análise do conteúdo do seu discurso manifesto; e, por fim, c) estudo da origem social dos seus membros (Codato e Perissinotto, 2009, p.150).

O conceito de elite é operacional, desde que esvaziado de toda sua carga ideológica conservadora, para que se entenda a

representatividade de classes de uma organização. Apesar de se constituir no procedimento analítico menos importante na ordem hierárquica acima apresentada, o estudo da origem social da elite fornece indícios importantes para entendermos a evolução política do PSOL. Um partido socialista é um partido proletário; portanto, deve ter um corte classista claramente estabelecido. Quanto mais a origem social de sua elite se aproxima da classe que visa representar, mais efetiva podemos dizer que é sua representatividade.

Dito isso, devemos definir quem é a “elite partidária” que constitui o objeto desse trabalho. Para isso, precisamos observar onde se localiza efetivamente o poder no interior do partido. O conceito de “coalizão dominante” de Panebianco (2005) contribui para essa tarefa, pois permite observar que nem sempre o poder reside exclusivamente na direção formal da agremiação. Como observa o autor, não apenas existe algum grau de reciprocidade de poder em todos os níveis organizacionais do partido, como por vezes o centro do poder pode se localizar fora da direção formal – por exemplo, em líderes locais, no corpo parlamentar ou até mesmo em lideranças de organizações externas à organização partidária. Além disso, o termo “coalizão” evidencia que a elite partidária pode ser constituída por um corpo heterogêneo de agentes com interesses muito distintos entre si.

Segundo Panebianco (2005), a coalizão dominante do partido pode ser identificada com a localização dos agentes que controlam as “zonas de incerteza” da organização, isto é, aqueles recursos organizativos que, por serem escassos, tendem a se concentrar nas mãos de poucos indivíduos. Há seis zonas de incerteza fundamentais: “a competência, a gestão das relações com o ambiente, as comunicações internas, as regras formais, o financiamento da organização e o recrutamento” (Panebianco, 2005, p.66).

Ribeiro (2008), seguindo Katz e Mair (1995), divide o corpo partidário em três elementos: base, direção e face pública. O primeiro elemento refere-se à massa partidária, isto é, ao corpo de militantes e filiados. O segundo diz respeito aos dirigentes e funcionários (eleitos ou não) dos órgãos centrais do partido. Por fim, a face pública diz respeito ao partido como participante no governo. Trata-se dos “membros eleitos para os cargos executivos e legislativos, nos níveis nacionais e subnacionais, e também pelos filiados nomeados para cargos de confiança” (Ribeiro, 2008, p.42).

O PSOL é um partido de legitimação interna – ou seja, a legitimidade de sua coalizão dominante repousa na vida interna do partido e não em instituições que o patrocinam ou o comandam do exterior (como, por exemplo, o Comintern comandava os partidos comunistas). Por isso, esse esquema geral é muito útil aos nossos interesses, pois instrumentaliza a tarefa de identificar a sua coalizão dominante e, portanto, a elite partidária. Esta certamente não repousa na massa partidária, embora no PSOL tal massa possua muitos instrumentos de poder, tais como o Congresso e a Conferência eleitoral, momentos em que pode, por meio de eleição de delegados, interferir na linha política e na escolha da direção. Porém, zonas de incerteza são justamente aqueles recursos organizativos que, devido à sua escassez, escapam ao controle da maioria. Assim, os outros dois elementos nos oferecem uma pista melhor.

Como é de se esperar, o segundo elemento, a direção do partido, faz parte da coalizão dominante. Nacionalmente, o PSOL dispõe de dois órgãos centrais: o Diretório Nacional (DN) e seu núcleo, a Comissão Executiva Nacional (CEN). Formal e praticamente, é a CEN quem controla as zonas de incerteza, tais como a comunicação interna, a gestão com o exterior etc., além dos recursos do fundo partidário, principal fonte de financiamento do partido. Por isso, quando falamos em coalizão dominante, referimo-nos em primeiro lugar aos membros da CEN e não à totalidade dos membros do DN.

Porém, a coalizão dominante não é formada exclusivamente por esse organismo partidário. Ainda que a CEN disponha legalmente de alguns elementos de controle sobre sua face pública, a ausência de “centralismo democrático”² em sua estrutura organizativa³ permite que esta se movimente com um grau de liberdade bastante elevado para um partido de extrema esquerda. A face pública do partido acaba controlando importantes zonas de incerteza, tais como os recursos financeiros e políticos oriundos dos mandatos e, por sua maior visibilidade na mídia, grande parte das relações do partido com o ambiente externo. Portanto, ao tratar do PSOL em seu conjunto, devemos incluir os deputados federais e senadores da República em sua coalizão dominante, a qual, por essa razão, está constituída por dois centros de poder distintos: a Comissão Executiva Nacional e o corpo de parlamentares nacionais.

Este artigo tem como objetivo investigar dados sobre a composição política e social desses dois centros de poder, visando encontrar indícios

da representação social e da oligarquização da elite do PSOL. Para obter as informações necessárias, coletamos dados sobre carreira política, ocupação de origem, participação em movimentos sociais e sindicais e formação escolar da elite partidária. Com esse intuito, elaboramos uma ficha prosopográfica em que sistematizamos: 1) ano de ingresso no PSOL; 2) tendência política a que pertence dentro do partido; 3) carreira partidária; 4) formação escolar; 5) profissão;⁴ 6) unidade da federação em que reside; 7) ano de nascimento; 8) movimento social em que atua ou atuou; 9) mandatos eletivos. Devido às dificuldades de entrevistar todos os integrantes da elite do partido, na maior parte dos casos tivemos de obter as informações de forma indireta, a partir de fontes secundárias tais como o *site* da Câmara dos Deputados e do Senado da República ou reportagens de jornais e portais *on-line*. Embora não tenha sido possível coletar todas as informações, os dados reunidos são bastante significativos, o que nos permitiu traçar um quadro bastante fidedigno dos comandantes do PSOL.

O artigo está dividido em três partes. Na primeira, apresentamos os principais grupos que disputam o poder partidário e o posicionamento político de cada um deles. Na segunda parte, apresentamos os resultados da nossa investigação sobre os parlamentares e, logo em seguida, os resultados sobre os membros da CEN. Nas considerações finais, procuramos sintetizar o quadro investigado e apresentar algumas implicações deste sobre a evolução política do partido.

As tendências do PSOL

Antes de apresentarmos os resultados da pesquisa, faremos algumas considerações sobre as tendências do PSOL, uma vez que essas ocupam um lugar central na estrutura organizativa do partido. Não seria exagero dizer que, mais do que um partido com programa e linha política comum, o PSOL se caracteriza por ser uma Frente de Tendências. Conforme observa Bianchi:

Sem programa e organização de base comuns, as grandes tendências permanentes do PSOL ocuparam todos os espaços de discussão e deliberação desse partido, loteando-o de acordo com suas forças. As reuniões da direção nacional não expressam senão o momento no qual o acordo político conjuntural entre as diferentes tendências é reproposto (Bianchi, 2010).

Segundo Pompêo, “há no partido incontáveis tendências: de pequenos agrupamentos regionais a grupos nacionalmente estruturados” (Pompêo, 2010). Apesar disso, ele considera que “talvez seja possível falar na existência de seis tendências majoritárias, por seu peso social, político, formulativo e organizativo” (*Ibidem*). Seriam elas: Ação Popular Socialista (APS), Movimento Terra e Liberdade (MTL), Movimento de Esquerda Socialista (MES), Corrente Socialista dos Trabalhadores (CST), Corrente Socialismo e Liberdade (CSOL) e Enlace.

Mesmo que nos limitemos a essas tendências, não é uma tarefa fácil mapear politicamente os grupos internos que disputam o poder no PSOL, uma vez que as alianças que as tendências estabelecem entre si têm mudado muito de acordo com a conjuntura. Além disso, cada uma delas (com exceção da CST) experimentou recentemente ou ainda está experimentando um período intenso de crise interna. O MTL passou por um processo de dissolução, e, posteriormente, muitos de seus dirigentes migraram para o REDE, de Marina Silva. Apesar disso, os militantes que permaneceram no PSOL ainda atuam com certo grau de unidade no interior do partido. Quatro outras tendências (MES, CSOL, APS e Enlace) atravessaram um período de rupturas internas, dando origem a dissidências. O MES deu um giro à esquerda a partir da interpretação de que estaria se abrindo uma nova conjuntura mundial mais favorável aos trabalhadores, levando o setor minoritário, que discorda dessa análise, a um processo de ruptura. O Enlace foi formado por forças políticas muito diversas – de um lado, um setor majoritário organicamente ligado à IV Internacional (antigo Secretariado Unificado) e, de outro, um setor minoritário, mais à direita, formado pelo Movimento de Unidade Socialista (MUS) e por um racha da tendência petista Articulação de Esquerda. A fusão entre esses setores jamais se realizou por completo, de tal modo que acabaram por se separar em definitivo. O CSOL, que aderiu à IV Internacional e em breve concretizará uma fusão com o Enlace, possui o racha que, para nossas análises, foi o menos significativo, uma vez que o setor que rompeu com a tendência permanece no mesmo campo político da disputa partidária. O racha da APS, ao contrário, é o mais decisivo (por isso, voltaremos a ele posteriormente).

Apesar dessa situação caótica, a reunião do DN que ocorreu em dezembro de 2012 permite traçar a atual divisão político-ideológica

do partido em dois grandes campos. De um lado, os que defenderam a linha política adotada no segundo turno em Belém – na qual o PSOL apresentou em seu programa de televisão declarações de apoio do ex-presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva e da atual presidente da República, Dilma Rousseff, com mensagem elogiosas a um governo do qual o PSOL é oposição – e em Macapá – no qual o candidato do PSOL recebeu apoio de importantes figuras públicas locais dos Democratas (DEM) e do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Do outro lado, aqueles setores críticos a essas linhas políticas pragmático-eleitorais e que exigiam punição para o prefeito eleito Clécio Luiz por suas alianças com setores da direita tradicional durante o período eleitoral.

As noções políticas de direita e esquerda são aqui bastante úteis para que se possa compreender a divisão de forças internas do PSOL. Essa divisão tradicionalmente se refere ao conteúdo classista dos partidos: “direita” diz respeito aos partidos burgueses que querem preservar a ordem capitalista, e “esquerda” se refere aos partidos proletários que querem transformar a ordem social em favor dos oprimidos e explorados. Ocorre, entretanto, que tal oposição não é tão dualista quanto parece, pois existem graus distintos de radicalidade em relação a esses objetivos gerais de transformar ou manter a ordem, de tal modo que podemos falar em extrema esquerda (socialistas revolucionários), esquerda (socialistas moderados), centro-esquerda (esquerda keynesiana), centro-direita (liberais democráticos), direita (liberais conservadores) e extrema-direita (fascistas). Quando consideramos um partido em particular, a divisão em direita e esquerda persiste de forma relacional. Assim, um partido de extrema esquerda como o PSOL pode contemplar setores moderados mais próximos do setor imediatamente a sua direita (os partidos de esquerda) e setores mais distantes por serem mais extremistas. Portanto, os setores mais moderados podem ser descritos como “direita” desse partido, e os extremistas como sua “esquerda”. Dito isso, os grupos internos do PSOL podem ser divididos em dois grandes blocos:

- a. Bloco de direita: formado por aqueles setores que no momento defendem um arco de alianças mais amplo e uma linha política de maior pragmatismo eleitoral. Os principais grupos que hoje compõem este bloco são: dissidência da APS (dis-APS),

dissidência do MES (dis-MES), dissidência do Enlace (dis-Enlace) e os militantes que eram integrantes do MTL. Nesse grupo, o pessoal da APS do Amapá destaca-se por um pragmatismo político e eleitoral mais acentuado, deixando muitas vezes os aliados em situação difícil nas disputas partidárias, obrigando o bloco de direita a apresentar críticas pontuais a esse setor.

- b. Bloco de esquerda: formado por aqueles setores que no momento defendem um arco de alianças mais restrito e uma linha política que confira centralidade para as lutas sociais e não para as eleições. Os principais grupos que hoje compõem este bloco são: Enlace, CSOL, APS, CST e MES.

Ainda que existam alguns indivíduos com posições centristas (inclusive figuras importantes, como o deputado federal Chico Alencar e o deputado estadual Marcelo Freixo), a disputa partidária entre os grupos organizados ganhou um caráter dualista no último período. É importante frisar que tal divisão em dois blocos não é de modo algum arbitrária, os próprios agentes que são objeto desta investigação assim enxergam a disputa. Vale dizer que a denominação “bloco de esquerda”, por exemplo, não foi inventada por nós, mas pelo próprio setor mesmo.⁵ Outro esclarecimento necessário é o da aproximação que estabelecemos entre a linha política adotada em Macapá e Belém, algo que talvez possa não ser muito bem compreendido por quem pensa a política brasileira exclusivamente como a polarização entre uma direita (PSDB/DEM) e uma suposta esquerda (PT). Para o PSOL, PT e PSDB/DEM são duas faces da mesma política neoliberal. Ainda que o PT seja visto como “menos pior” do que o PSDB/DEM, tanto um quanto os outros são vistos pela totalidade dos filiados do PSOL como partidos burgueses, e, portanto, inimigos na luta de classes. Por esse motivo, esses apoios recebidos, embora possam ser considerados diferentes entre si, foram percebidos pela esquerda partidária como resultado da mesma prática pragmático-eleitoral que contraria profundamente o caráter de um partido que em seu programa zela pela independência de classes,⁶ o que contribuiu para acentuar a polarização entre as tendências do PSOL em dois grandes campos.

A face pública do Partido Socialismo e Liberdade

Como dissemos, a face pública que nos interessa aqui é composta pelos deputados federais e senadores da República. Metodologicamente, optamos por analisar somente a biografia dos parlamentares que hoje permanecem filiados ao PSOL. A única exceção é a presença de Heloísa Helena, pois, apesar de sua migração para o REDE, de Marina Silva, o papel que desempenhou foi decisivo no momento de fundação e nos primeiros anos de existência do PSOL.

O Quadro 1 registra o campo de parlamentares que investigamos nesta seção.

Quadro 1: Parlamentares nacionais do PSOL

	Herdados do PT	Eleitos em 2006	Eleitos em 2010
Senado	Heloísa Helena José Neri		Marinor Brito Randolfe Rodrigues
Câmara Federal	Chico Alencar Luciana Genro Ivan Valente Maninha Babá João Alfredo	Chico Alencar Luciana Genro Ivan Valente	Chico Alencar Jean Wyllys Ivan Valente

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados da Câmara dos Deputados e do Senado da República.

Neste ponto, é importante fazer alguns esclarecimentos. Além dos parlamentares indicados no quadro, o então deputado federal João Fontes (Sergipe), participou do processo de construção do partido, rompendo com ele antes mesmo de sua fundação. Por um pequeno período, o PSOL teve em seus quadros partidários o senador Geraldo Mesquita Junior (Acre) e o deputado federal Orlando Fantazzini (São Paulo), ambos herdados do PT. O primeiro sofreu acusações de nepotismo e mais tarde de cobrar “mensalinho” de seus assessores. Diante da pressão da executiva do partido, acabou optando por se desligar do PSOL e se filiar ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). O segundo chegou a concorrer à eleição de deputado federal de 2006 pelo PSOL. Sem êxito, abandonou o

partido no ano seguinte para filiar-se ao Partido Popular Socialista (PPS) (Pompêo, 2010). Por fim, devemos registrar que Marinor Brito (Pará), a qual havia sido eleita ao Senado em 2010, perdeu o cargo em favor de Jader Barbalho (PMDB) após uma decisão judicial do STF do dia 27 de dezembro de 2011, que garantiu o mandato aos candidatos cassados pela “Lei da Ficha Limpa”⁷. Apesar disso, pela influência que a parlamentar exerceu em seu único ano completo de mandato, resolvemos mantê-la na lista. Com isso, nosso universo circunscreve onze parlamentares, sendo quatro senadores e sete deputados.

Chegamos aos seguintes resultados:

Praticamente todos os parlamentares investigados possuem pelo menos nível superior completo (não investigamos as pós-graduações), o que nos permite destacar que uma das principais características da face pública do partido é uma alta taxa de escolarização.

A profissão declarada da maioria é a de *professor*: oito entre os onze. Destes, quatro são professores universitários. Isso que confirma o perfil altamente intelectualizado desse grupo, tal como observamos no ponto anterior. As três exceções encaixam-se dentro do quadro de profissionais liberais: uma médica (Maninha), um advogado (João Alfredo) e um engenheiro e matemático (Ivan Valente).

Considerando a idade de cada um em 31 de dezembro de 2012, obtemos uma variação de 38 a 66 anos, com uma média de 52,7 anos e uma mediana de 53 anos. Números que apontam para certa experiência dos parlamentares psolistas. Em termos regionais, observamos uma dispersão do partido no território nacional. Afinal, os onze parlamentares estão distribuídos em cinco regiões e em oito unidades da federação, a saber: Pará (3), Rio de Janeiro (2), São Paulo, Alagoas, Amapá, Rio Grande do Sul, Distrito Federal e Ceará (1). Quando observamos sua carreira partidária, constatamos que praticamente a totalidade dos parlamentares nacionais do PSOL estava filiada ao PT antes de entrar no PSOL. A única exceção foi Jean Willys, que iniciou sua curta trajetória política diretamente no PSOL. Todos os demais iniciaram sua carreira parlamentar no PT. Ou seja, a face pública do PSOL apresenta uma ligação muito direta com a tradição petista. Ora, conforme demonstram sobre diversas perspectivas, entre outros, Amaral (2003), Iasi (2006), Ribeiro (2008) e Coelho (2012), os sintomas do transformismo do PT podiam ser diagnosticados já durante a década de 1990. A lógica

Quadro 2: Condicionantes políticos e sociais dos parlamentares do PSOL

	Ingresso no PSOL	Tendência política	Carreira	Mandatos eletivos	UF	Ano de nascimento	Formação escolar	Profissão	Movimento social
Babá	2004	Corrente Socialista dos Trabalhadores (CST)	PT	Vereador (1989-1990); Deputado estadual (1991-1998) Deputado federal (1999-2006)	PA / RJ	1953	Superior	Professor universitário e engenheiro mecânico	Movimento sindical
Chico Alencar	2005	Independente	PT	Vereador (1989-1996) Deputado estadual (1999-2002) Deputado Federal (2003-hoje)	RJ	1949	Superior	Professor ensino básico	Movimento estudantil e associação de moradores
Heloísa Helena	2004	Independente	PT	Vice-prefeita (1992-1994) Deputada estadual (1995-1998) Senadora (1999-2006) Vereadora (2009-hoje)	AL	1963	Superior	Professora universitária	Movimento estudantil e sindical

Quadro 2: Condicionantes políticos e sociais dos parlamentares do PSOL

	Ingresso no PSOL	Tendência política	Carreira	Mandatos eletivos	UF	Ano de nascimento	Formação escolar	Profissão	Movimento social
Ivan Valente	2005	Ação Popular Socialista	PT	Deputado estadual (1991-1997) Deputado Federal (2001-2002; 2003-hoje)	SP	1946	Superior	Matemático e engenheiro	Movimento antiditadura
Jean Wyllys	2009			Deputado federal (2011-hoje)	RJ	1974	Superior	Professor universitário	Movimentos eclesiás de base e GLBTT
João Alfredo	2005	Enlace	PT	Deputado estadual (1987-1991; 1995-2003) Deputado federal (2003-2006) Vereador (2008-hoje)	CE	1958	Superior	Advogado	Movimento sindical, ambientalista e de direitos humanos
José Neri	2005	Ação Popular Socialista	PT	Vereador (1997-2007) Senador (2007-2011)	PA	1959	Superior	Professor ensino médio	Movimento eclesiás de base, estudantil, sindical e popular
Luciana Genro	2004	Movimento Esquerda Socialista	PT	Deputada estadual (1995-2002) Deputada federal (2003-2010)	RS		Superior	Professora de inglês	Movimento docente

Quadro 2: Condicionantes políticos e sociais dos parlamentares do PSOL

	Ingresso no PSOL	Tendência política	Carreira	Mandatos eletivos	UF	Ano de nascimento	Formação escolar	Profissão	Movimento social
Maninha	2005	Ação Popular Socialista	PT	Deputada distrital (1995-2002) Deputada federal (2003-2006)	DF		Superior	Médica	Movimento sindical
Marinor Brito	2005	Ação Popular Socialista	PT	Vereadora (1997-2008) Senadora (2009-2010)	PA		Superior	Professora ensino médio	Movimento sindical e de democratização dos meios de comunicação
Randolfe Rodrigues	2005	Ação Popular Socialista	PT	Deputado estadual (1999-2006) Senador (2011-hoje)	AP		Superior	Professor universitário	Movimento estudantil

Fonte: Elaborado pelo autor.

de pragmatismo eleitoral que atingiu o PT como um todo já estava presente no momento da eleição desses parlamentares que hoje estão no PSOL, o que nos permite conjecturar que, desde a fundação do partido, tal lógica se apresenta ali em algum grau.

A presença feminina é bastante significativa no PSOL, chegando a pouco mais um terço do total (quatro de onze). Porém, esse dado precisa ser relativizado, já que atualmente nenhuma dessas mulheres estão com mandatos de nível nacional. Em termos de participação em movimentos sociais, observamos que todos, sem exceção, tiveram ou têm alguma inserção em um ou mais movimentos. A lista é ampla: movimento estudantil, movimento docente, movimento sindical, movimento em defesa dos direitos humanos, movimento antiditatorial, associação de moradores, movimento dos trabalhadores sem terra, movimento pela livre orientação sexual etc. Tal dado nos permite inferir que mesmo a face pública do PSOL apresenta-se intimamente ligada às lutas sociais. Entretanto, essa participação nos movimentos sociais precisa ser relativizada, devido ao fato de que quase a totalidade dos parlamentares psolistas apresentam claros indícios de profissionalização política. Os dados referentes a mandatos mostram trajetórias lentas e graduais, típicas de parlamentares cujos recursos político-eleitorais se originam de atuações em movimentos sociais e entidades de representação de classe. Porém, ao mesmo tempo tais dados revelam uma incontestável profissionalização desses parlamentares, de tal modo que é possível dizer, para lembrar Weber, que as figuras públicas do PSOL não vivem somente *para* a política, mas também *da* política.

Os dados referentes ao ano de ingresso no PSOL são outro sintoma dessa profissionalização. Com exceção de Heloísa Helena, Babá e Luciana Genro, que protagonizaram o processo de fundação do PSOL em 2004, todos os demais somente se filiaram no partido após a legalização deste no TSE. Sete dos onze parlamentares ingressaram no PSOL em setembro de 2005, exatamente a data limite para que pudessem concorrer às eleições de 2006.

Por fim, vamos aos dados referentes às tendências dos parlamentares. Com exceção de Chico Alencar e Jean Willys, que nunca militaram em tendências, todos os demais militaram em tendências da esquerda petista. Entre estes, somente Heloísa Helena deixou de participar da tendência à qual pertencia no momento em que ingressou no PSOL. O que aponta para a importância dos parlamentares

não apenas para o conjunto do partido, mas também para cada uma de suas partes. Se considerarmos a realidade organizativa de Federação de tendências, anteriormente indicada, o fato de a maior parte dos parlamentares nacionais pertencerem a elas contribui como força centrífuga de dispersão partidária. Afinal, se esses parlamentares não se organizassem em tendências, os interesses destas poderiam confluir no sentido de garantir maior controle sobre eles. Como todas as grandes tendências se organizam com um grau de centralismo muito maior do que o existente no partido, o controle que elas exercem sobre eles também é maior. Com isso, a legitimidade da ação da maior parte dos parlamentares nacionais deve ser buscada em suas tendências e não no conjunto partidário. Portanto, a liberdade de ação desses parlamentares se restringe à influência que eles possuem em suas respectivas tendências. Mas, quando essa influência é muito grande, seu espaço de liberdade de ação se amplia ao invés de se reduzir, pois encontra legitimidade na própria autonomia de que as tendências dispõem na estrutura partidária.

Um indício fundamental da importância dos parlamentares em suas respectivas tendências é a posição destas no espectro político dentro do partido. Tendências que defendem uma linha política de maior pragmatismo eleitoral (direita partidária) em geral são aquelas em que os parlamentares possuem maior importância. Quando observamos a posição dos parlamentares aqui investigados, constatamos que a maior parte deles pertence à direita do partido. Cinco deles (Ivan Valente, Maninha, José Nery, Marinor Brito e Randolfe Rodrigues) pertencem à dissidência da Ação Popular Socialista. Heiloísa Helena, que nos primeiros anos do PSOL pertenceu ao Enlace, antes de sua saída do partido se tornou uma independente que se alinhava com as posições da direita partidária. O independente Jean Willys tende a se alinhar com o bloco de direita. Chico Alencar, outro independente, embora seja declaradamente socialista moderado, ocupa uma posição mais centrista. Por fim, três parlamentares pertencem às tendências por ora situadas à esquerda. Babá é uma das principais lideranças da Corrente Socialista dos Trabalhadores, João Alfredo (Enlace) é um dos dirigentes da IV Internacional e Luciana Genro é a grande figura pública do MES. Não obstante esse relativo equilíbrio, considerando apenas os parlamentares que atualmente têm mandatos nacionais, teremos três para a direita, um

para o centro e nenhum para a esquerda. Isso revela um predomínio das posições à direita entre os parlamentares psolistas, o que aponta para a oligarquização da face pública partidária: os atuais parlamentares nacionais ou não se submetem a nenhum centralismo por serem independentes ou possuem tal influência sobre suas tendências que estas defendem uma linha política compatível com as necessidades impostas pela reeleição desses parlamentares.

As comissões executivas do PSOL

O PSOL até agora realizou quatro processos de escolhas de direção. Em 2004, no Encontro de fundação do partido, foi escolhida uma Executiva Provisória de quinze membros, cuja composição foi acordada entre suas tendências internas levando em consideração o tamanho efetivo de cada uma delas. Mais tarde, essa comissão executiva cooptou três membros da APS (Luiz Araújo, Toninho e Gesa Linhares Corrêa), durante o processo de incorporação dessa tendência ao partido. Os demais processos de escolha dos membros da executiva ocorreram após a disputa eleitoral de chapas nos congressos partidários que ocorreram em 2007, 2009 e 2011.

São necessários alguns esclarecimentos. O Quadro 3 permite a visualização da renovação da comissão executiva do PSOL. A organização da ordem dos nomes objetivou essa visualização, e não a importância dos cargos assumidos. Em negrito aparece o nome daqueles que representaram uma renovação. As células com mais de um nome representam modificações na mesma gestão. A presidência da Fundação Lauro Campos está inclusa indiscriminadamente, uma vez que foi exercida coincidentemente por membros da CEN do partido (Martiniano Cavalcante e, depois, Roberto Robaina) até que o III Congresso alterasse o estatuto partidário, incluindo oficialmente o presidente da fundação na CEN, o que alterou o número de membros de dezessete para dezoito. Por fim, além das siglas já citadas, utilizamos aqui as seguintes: Liberdade Vermelha⁸ (LV), Socialismo Revolucionário (SR), Independente (I), Trabalhadores na Luta Socialista (TLS) e Alternativa Socialista (AS).

Quadro 3: Membros da Comissão Executiva Nacional do PSOL por períodos

2004-2007	2007-2009	2009-2011	2011-2013
Heloísa Helena (LV)	Heloísa Helena (I)	Heloísa Helena (I) José Luís Fevereiro (I)	Martiniano Cavalcante (MTL)
Silvia Santos (CST)	Rosi Messias (CST)	Leandro Recife (TLS) Aldo Josias Santos (TLS)	Leandro Recife (TLS)
Babá (CST)	Babá (CST)	Babá (CST)	Silvia Santos (CST)
Edilson Silva (MES)	Edilson Silva (MES)	Edilson Silva (MES)	Edilson Silva (DIS-MES)
Mário Agra (MES)	Mário Agra (MES)	Mário Agra (MES)	Mário Agra (MES)
Roberto Robaina (MES)	Roberto Robaina (MES)	Roberto Robaina (MES)	Roberto Robaina (MES)
Luciana Genro (MES)	Israel Dutra (MES)	Pedro Fuentes (MES)	Pedro Fuentes (MES)
Martiniano Cavalcante (MTL)	Martiniano Cavalcante (MTL)	Elias Vaz (PP)	Janira Rocha (MTL)
Gilberto Cunha (MTL)	Jeferson Moura (MTL)	Jeferson Moura Janira Rocha (MTL)	Jeferson Moura (MTL)
João Machado (LR)	Mário Azeredo (Enlace)	Franscisvaldo Mendes (Enlace)	Franscisvaldo Mendes (dis-Enlace)
Milton Temer (I)	Alcebíades Teixeira (Enlace)	Fabiano Garrido (Enlace)	Camila Valadão (Enlace)
André Ferrari (SR)	Érico Corrêa (AS)	Érico Corrêa (AS)	Clécio Luiz (dis-APS)
Tostão (CSOL)	Tostão (CSOL)	Tostão (CSOL)	Tostão (CSOL)
Luiz Araújo (APS)	Luiz Araújo (APS)	Rodrigo Pereira (APS)	Rodrigo Pereira (dis-APS)
Toninho (APS)	Toninho (APS)	Randolfe Rodrigues (APS) Miguel Carvalho (APS) Edmilson Rodrigues (APS)	Ivan Valente (dis-APS)
Gesa Linhares Corrêa (APS)	Afrânio Broppé (APS)	Afrânio Broppé (APS)	Afrânio Boppré (dis-APS)
Junia Gouvêa (CSOL)	Edson Miagusko (APS)	Edson Miagusko Antônio Almeida (APS)	Marinor Brito (dis-APS)
Marcelo Badaró (I)			Zilmar Averita da Silva (APS)

Fonte: elaborado pelo autor.

A partir desses dados, calculamos a taxa de renovação simples, a qual procura responder à seguinte questão: do total dos membros da gestão, quantos ocupam uma vaga pela primeira vez? Para investigar essa taxa, desconsideramos as renovações dentro da mesma gestão, exceto para os casos em que somente essa troca representou uma renovação. Atribuímos nesse caso valor “meio”, pois é o que isso representa em termos de renovação. Assim, nas substituições de Randolfe por Miguel Carvalho e deste por Edmilson Rodrigues, embora todos os três ocupassem o cargo pela primeira vez, atribuímos apenas o valor um, já que as trocas se referiram sempre à mesma vaga. Já a substituição de Edson Miagusko por Antônio Almeida foi atribuído o valor meio, pois somente Antônio Almeida ocupou o cargo pela primeira vez. Esse critério foi utilizado em função do fato de que esse tipo de substituição, que não é muito comum, poderia obscurecer a real taxa de renovação.

Chegamos aos seguintes resultados: 1) A gestão de 2007-2009 renovou sete dos dezessete membros da gestão, o que representa uma taxa de renovação simples de 41%; 2) A gestão de 2009-2011 renovou 8,5 dos dezessete membros da gestão, o que representa uma taxa de renovação simples de 50%; 3) A gestão de 2011-2013 renovou quatro membros entre os dezoito da gestão, o que representa uma taxa de renovação simples de apenas 22%. Com isso, temos uma média de 38%. Possuímos como parâmetro o estudo de Pedro Floriano Ribeiro sobre o PT, em que ele demonstrou que esse partido possuía uma média histórica de taxa de renovação simples na Comissão Executiva de 36% (Ribeiro, 2008, p.218) – portanto, quase idêntica à do PSOL. Observa-se que o PT possui “elevadas taxas de renovação (...) quando em comparação com outras agremiações” (Ibidem, p.219), o que significa que o mesmo é verdadeiro para o PSOL. Se, por razões metodológicas, limitarmos a comparação com o PT em seus nove primeiros anos de vida (idade que o PSOL possui atualmente), surpreendentemente observamos que a diferença do PSOL para o PT se amplia ao invés de diminuir. Ribeiro não apresenta dados da primeira renovação da CEN do PT em 1981; em 1984, a taxa de renovação simples é de 39%; em 1986, essa taxa cai para apenas 16%; e em 1987, sobe para 32% (Ibidem, p.218). Isso representa uma média de apenas 29%. Ou seja, durante seu processo de institucionalização na década de 1990, o PT aumentou sua taxa de renovação simples. Estamos diante de algo que, se

tomado isoladamente, parece contrariar a lei de Michels, pois, se considerarmos que a oligarquização é uma lei tendencial e que, portanto, tende a se impor ao longo do tempo, isso significa que a taxa de renovação simples deveria ser reduzida nesse período. O caso do PSOL parece ser diferente, pois a terceira renovação apresentou uma taxa muito menor do que as outras duas. Porém, como a segunda renovação apresentou uma taxa maior que a primeira, não é possível afirmar a existência de uma linearidade nesse processo. Devido ao pouco tempo de vida do PSOL e à ausência de uma linearidade no processo, seria muito precipitado concluir qualquer coisa sobre como a tendência à queda da taxa de renovação irá evoluir.

Se a taxa de renovação simples não é um indício que aponte para oligarquização do PT, nem por isso Ribeiro vai concluir que esse partido contraria a lei de Michels. Na verdade, sua tese comprova exatamente o contrário. E um dos principais indicadores que permitem que o autor chegue a essa conclusão é a taxa de parlamentarização. Se a taxa de renovação simples não nos permite concluir nada, a taxa de parlamentarização revela coisas importantes. Tal como o estudioso do PT, para chegar a essa taxa calculamos o número de dirigentes que exerceram mandatos parlamentares ou executivos eletivos em nível municipal, estadual ou nacional em cada gestão e no momento em que foram eleitos para ela. Porém, como estamos trabalhando com as substituições que ocorreram durante cada gestão, tivemos de adotar um caminho metodológico próprio, dividindo o valor em relação ao número de substituições em uma mesma gestão. Por exemplo: tomemos um caso em que um não mandatário, no decorrer da gestão, tenha substituído um mandatário. Contamos como meio mandatário e meio não mandatário. Outro exemplo: quando, no interior de uma mesma gestão, um não mandatário foi substituído por um mandatário, e este, por sua vez, foi substituído por um não mandatário, contamos esse caso como um terço mandatário e dois terços não mandatário. Desse modo, obtivemos os seguintes resultados:

Gestão 2004-2007: três mandatários (16,67%), um ex-mandatário (5,56%) e quatorze que nunca haviam exercido mandato (77,78%). Considerando o papel que os parlamentares expulsos do PT tiveram no momento de fundação do PSOL, há de se considerar essa taxa relativamente baixa. Chamamos atenção principalmente para o fato de que a APS não indicou nenhum mandatário ou

ex-mandatário para compor a CEN. Ora, na época a APS possuía três deputados federais e quatro deputados estaduais, ou seja, um peso parlamentar bastante significativo em comparação com o restante do partido; além destes, o PSOL como um todo possuía somente mais quatro deputados federais e uma senadora com mandato.

Gestão 2007-2009: nenhum mandatário (0%), três ex-mandatários (17,65%) e quatorze que nunca haviam exercido mandato (82,35%). Embora o congresso que elegeu a CEN tenha sido vencido por um bloco de direita (APS/MES/MTL), essa gestão apresentou a taxa de parlamentarização mais baixa na história do PSOL. A explicação para isso reside em dois fatos: 1) devido ao fato de a chapa vencedora ter ampla maioria dos delegados, os parlamentares não precisaram ser utilizados como trunfo na disputa partidária (com exceção de Heloísa Helena, a grande figura carismática do partido na época, e que então realizara um giro à direita). 2) A perda de parlamentares nas eleições de 2006: apenas três deputados federais e três deputados estaduais conseguiram se eleger. Não por acaso, a taxa de parlamentarização se limita aos ex-mandatários.

Gestão 2009-2011: 1,5 mandatários (8,82%), 3,17 ex-mandatários (18,65%) e 12,33 que nunca exerceram mandato (72,53%). O congresso do partido foi vencido por uma chapa com posições mais centristas na época (o bloco APS/ Enlace), destronando a antiga maioria à direita. Porém, o relativo êxito eleitoral de 2008 – o partido elegeu oito vereadores nas capitais – e a disputa mais apertada entre as chapas estimularam essa pequena alta na taxa de parlamentarização.

Gestão 2011-2013: quatro mandatários (22,22%), um ex-mandatário (5,56%) e treze que nunca haviam exercido mandato (72,22%). Embora a eleição de 2010 não tenha alterado significativamente o número de parlamentares do partido, a taxa de parlamentarização cresceu de forma expressiva no que se refere ao número de mandatários. O congresso foi vencido por uma chapa composta por APS/TLS/dis-Enlace; por conseguinte, verificou-se um deslocamento à direita da maioria partidária. Chamamos a atenção para o fato de que três mandatários e um ex-mandatário foram indicados pela APS. Ou seja, o giro à direita do setor que iria formar a Dis-APS explica esse crescimento na taxa de parlamentarização: tal deslocamento ideológico exigia que os parlamentares fincassem posição na coalizão dominante e procurassem legitimar suas futuras ações por meio da

legitimidade oriunda de suas próprias figuras públicas, as quais são respeitadas tanto dentro quanto fora do partido. Outro sintoma de que *o bloco de direita deve ser responsabilizado pela parlamentarização da CEN* é que a outra mandatária pertence ao MTL, tendência que, com o dis-MES, formou a chapa mais à direita do congresso.

A taxa de parlamentarização total, ou seja, a soma de mandatários e ex-mandatários, teve a seguinte evolução: de 22,22%, na gestão 2004-2007, passou para apenas 17,65%, na gestão 2007-2009; na gestão seguinte, subiu para 27,47%, chegando finalmente a 27,78% na gestão 2011-2013. Nesse ponto, podemos voltar à análise comparativa. Parece prudente considerar os nove anos iniciais do PT tal como fizemos com relação à taxa de renovação simples. Se assim procedermos, verifica-se que, em seus seis primeiros anos, o PT apresenta uma taxa de parlamentarização total muito menor, em torno de 10% (Ibidem, p.212). Isso sugere que o PSOL caminha para um processo de moderação a passos muito mais largos do que fizera o PT.

Porém, tal comparação feita tão diretamente pode derrapar para o anacronismo, pois as arenas eleitorais em que o PT e o PSOL se constituem como partido são muito diferentes. O PT nasceu no momento de redemocratização e, por consequência, por fora das instituições representativas, como um produto das mobilizações das classes populares contra a ditadura militar no final dos anos 1970. Meneguello (1989) observa que a criação do partido resultou da confluência do novo sindicalismo com alguns políticos do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), intelectuais, organizações da esquerda marxista e militantes dos novos movimentos populares urbanos. O setor principal é o novo sindicalismo, mais precisamente o grupo que iria formar o campo majoritário do PT. Em um primeiro momento, esse setor vê com desconfiança a atuação dos parlamentares (Coelho, 2012). Assim que elege seus próprios parlamentares, em número sempre crescente, o setor muda de atitude e a face pública passa a ocupar um espaço cada vez mais importante na organização partidária (Ibidem), sendo inclusive utilizada pelo campo majoritário como trunfo na disputa partidária (Ribeiro, 2008, p.212). Diverso é o caso do PSOL, que nasceu de um racha do próprio PT, de tendências internas desse partido (ou frações destas) que já possuíam seu próprio corpo de parlamentares. Logo, a comparação adquire precisão se levarmos em consideração também o momento em que

face pública ganha peso no campo majoritário do PT, ou seja, a partir de 1987.

Desse modo, ao contrário do que verificamos acima, a face pública do PSOL aparece como menor do que a do PT em suas respectivas executivas nacionais. Conforme observa Ribeiro, a taxa de parlamentarização petista “representou, no mínimo, 40% do total da CEN” a partir de 1987 (Ribeiro, 2008, p.212), enquanto no PSOL ela jamais ultrapassou a marca de 30%. Todavia, embora menor do que a do PT após 1987, a taxa de parlamentarização do PSOL não é insignificante, principalmente se considerarmos que seu crescimento no último período é de responsabilidade quase exclusiva do bloco de direita. Se esse setor conseguir consolidar sua hegemonia no próximo período, não podemos descartar a hipótese de que se forme uma oligarquia constituída de parlamentares na condução dos rumos do partido, o que poderia implicar a moderação da linha política adotada pelo partido. Não obstante, devemos considerar outro elemento: a presença da face pública na CEN é um problema de origem – e não de processo, tal como no PT. Isso não impediu o surgimento do PSOL com um partido de caráter socialista e que reivindica as bandeiras que o PT descartou ao longo do processo de oligarquização. Isto é, enquanto no PT a presença de uma elevada taxa de parlamentarização implicou a moderação, no PSOL essa mesma realidade não obstruiu sua construção como um partido de esquerda radical. A própria necessidade de diferenciar-se politicamente do PT impulsiona o PSOL à esquerda e obstaculiza um processo muito acentuado de moderação programática.

Passamos agora em revista os dados que permitem compreender a existência de uma possível elitização da CEN.

Conseguimos informações sobre a escolaridade de 38 do universo de 42 indivíduos que participaram da CEN. Assim como os parlamentares, também os membros desse centro de poder se caracterizam por uma taxa de escolaridade altíssima. 33 deles com curso superior completo e cinco com curso superior incompleto (considerando-se que recolhemos a maior parte dessas informações em 2010, é provável que alguns deles já tenham obtido o diploma). Isso revela que a escolaridade alta é um filtro informal quase intransponível para que alguém seja recrutado no seio da coalizão dominante do partido.

Em relação aos dados de profissão, obtivemos a informação relativa a 35 dos 42 membros. Entre estes, a profissão declarada

da maioria é a de professor: vinte deles encaixam-se nesse perfil, sendo pelo menos dez professores de curso superior. Os demais se encaixam nas seguintes categorias: três bancários, dois servidores públicos, dois jornalistas, uma assistente social, um sociólogo, um economista, um técnico industrial, um engenheiro, um agrônomo, um psicólogo e um pequeno empresário. Ou seja, de modo geral, são profissionais liberais ou trabalhadores intelectuais, o que indica que a direção partidária é recrutada entre as classes populares, excluindo efetivamente de sua composição os setores das classes dominantes. Porém, vale destacar que não está presente nenhum operário industrial, tradicional baluarte do movimento socialista, e de nenhum trabalhador precário, o qual é descrito por Antunes como uma das principais figuras da nova classe trabalhadora (Antunes, 2005). Isso permite inferir certa *elitização dos dirigentes psolista em relação à classe que visam representar*. Embora não seja esse nosso caso, se trabalhássemos com uma concepção menos ampla de proletariado poderíamos inclusive afirmar que a elite do PSOL é formada pela chamada classe média urbana. De qualquer modo, não há como não reconhecer que se trata de uma elite assalariada altamente escolarizada e com condições de vida muito superiores às da média da classe trabalhadora brasileira. Além disso, tal como havíamos constatado em relação à face pública da coalizão dominante, o predomínio da categoria docente é a característica mais marcante da origem social da elite do PSOL. Devido à importância desse achado, iremos retomá-lo nas considerações finais.

Em relação à idade de cada um em 31 de dezembro de 2012, obtivemos dados de 32 deles, e o resultado foi uma variação de 39 a 74 anos, com uma média de 48,4 anos e uma mediana de 50 anos. O que aponta para certa experiência política dos dirigentes e uma seleção muito restritiva para os mais jovens. Em termos regionais, obtivemos dados de toda a população investigada. A maioria é de São Paulo (doze membros) e do Rio de Janeiro (onze). Apesar da centralidade desses dois grandes centros, verifica-se uma relativa dispersão regional, já que os demais se distribuem em dez unidades da federação: quatro do Rio Grande do Sul, três do Pará, dois de Alagoas, dois do Amapá, dois da Bahia, dois de Goiás, um do Distrito Federal, um do Espírito Santo, um de Santa Catarina e um de Pernambuco.

Sobre militância partidária anterior, também conseguimos dados de todos os investigados. A ampla maioria (35 dirigentes) estava

filiada ao PT antes do ingresso no PSOL. Os sete restantes eram militantes do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados (PSTU). Isso confirma, por um lado, o que havíamos afirmado: a tradição petista é muito forte no partido. Por outro, esses dados revelam que o PSTU, que é um partido que se situa à esquerda do próprio PSOL, também é um ponto de referência importante. Sendo assim, é possível inferir que o PSOL tenta buscar sua originalidade na diferenciação não apenas com o PT, mas também com relação ao PSTU. Além disso, esse dado confirma que a experiência política é um filtro fundamental para a seleção de dirigentes, já que todos apresentaram um longo histórico de militância partidária.

Sobre a presença feminina, nosso universo foi de dez mulheres (23,8%) contra 32 (76,2%) homens. Se desagregarmos os dados sobre a participação feminina das quatro composições da Comissão Executiva do PSOL, obtêm-se os seguintes resultados: a) Gestão 2004-2007: 27,8% dos cargos; b) Gestão 2007-2009: 11,8% dos cargos; c) Gestão 2009-2011: 5,9% dos cargos; d) Gestão 2011-2013: 27,7% dos cargos. Verifica-se inicialmente uma tendência à queda, que é revertida na última seleção de dirigentes. Isso se deve ao fato de o Congresso do PSOL de 2011 haver aprovado uma mudança estatutária que prevê a exigência de que 50% dos dirigentes devem ser mulheres, sendo 30% exigidos já para a composição da direção escolhida naquele Congresso. Desse modo, observamos uma dinâmica organizativa que tende à elitização e à oligarquização, já que a participação das mulheres nos cargos de direção é um dado importante da democratização de uma organização. Entretanto, essa tendência não pode ser vista como inevitável, pois, nesse caso, ela foi efetivamente contrabalançada pela vontade dos agentes no sentido de democratizar a organização.

Em relação à participação dos membros da CEN em movimentos sociais, encontramos dados de 34 dirigentes, número bastante significativo – tendo em vista a dificuldade de se obter esse tipo de informação em fontes secundárias, o que comprova que os dirigentes partidários não estão, de modo geral, descolados das lutas sociais.

Como seria de esperar pelos dados obtidos em relação à escolaridade, o movimento estudantil universitário é uma das grandes escolas políticas da elite partidária (embora nenhum líder estudantil contemporâneo faça parte da coalizão dominante, o que aponta novamente para a exclusão de jovens lideranças). Pelo menos dezenove

dirigentes participaram desse movimento. O número de membros da CEN que militaram ou ainda militam no movimento sindical é ainda maior: vinte pessoas. Destas, pelo menos onze participaram de direções sindicais, o que sinaliza novamente para o caráter classista do partido.⁹ Encontramos também indícios de participação dos dirigentes nos seguintes movimentos: docente (três dirigentes), feminista (dois dirigentes), negro (dois dirigentes), eclesiais de base (dois dirigentes), bairro, moradia, LGBT, cultural, popular e comunicação. Vale lembrar que a lista deve ser muito maior, em função do caráter parcial dos dados, o que nos permite inferir a presença do PSOL nas lutas sociais tal como se espera de um partido da esquerda.

Foram obtidos dados referentes ao ano de ingresso de todos os dirigentes no PSOL. Chegamos ao seguinte resultado: 24 ingressaram em 2004 (ano de fundação do partido) e dezoito em 2005 (ano de registro legal do partido no Tribunal Superior Eleitoral). Os fundadores do PSOL representam 57,14% dos dirigentes investigados. Os demais ingressaram pouco tempo depois. Isso significa que existe um filtro muito rigoroso para que os novatos no partido assumam cargo de direção.

Obtivemos informações sobre as tendências da totalidade dos membros da CEN. O primeiro elemento importante a se considerar aqui é que quase todos permanecem na mesma tendência (ou em sua dissidência) em que ingressaram no partido. As únicas exceções foram Heloísa Helena, que rompeu com o Enlace, e Gilberto Cunha, que rompeu com o MTL para ingressar no MES. Ou seja, a mudança de tendência é algo muito raro entre os dirigentes. Cruzando esses dados com os que apontam para a experiência política e de carreira partidária, fica evidente que, para chegar a ser membro da CEN, os indivíduos precisam ter experimentado um longo tempo de militância que lhes permita estabelecer-se em postos elevados em suas respectivas tendências.

Observa-se ainda que essa disposição tornou-se mais nítida quando os dirigentes passaram a ser eleitos. Em 2004, quando o processo foi por cooptação, os independentes ocupavam três vagas. Depois, essa condição se reduziu somente a Heloísa Helena, a qual só entrou por sua proximidade com o bloco MES/MTL,¹⁰ que a utilizou como um trunfo na disputa partidária. Luiz Fevereiro, que a substituiu durante o mandato dessa gestão, mantinha igualmente uma relação de proximidade com aquele bloco. Por fim, não há nenhum

independente na gestão atual, o que permite inferir a existência de um *duplo filtro* que se impõe aos pretendentes a cargos na Comissão Executiva: *o do partido e o das tendências*.

O posicionamento dos dirigentes em esquerda e direita no partido aqui é uma tarefa complicada, tendo em vista a instabilidade dessa relação. Por essa razão, convém limitar a análise à gestão e à configuração de forças da atualidade. O equilíbrio de forças é grande. A esquerda do partido conta com oito representantes: três do MES, um da TLS, um da CST, um do Enlace, um do CSOL e um da APS. O bloco da direita, por sua vez, possui dez representantes: três do MTL, cinco da DIS-APS, um do dis-MES e um da DIS-Enlace. Essa distribuição revela, por um lado, a maior heterogeneidade do bloco de esquerda, o que coloca limites para uma atuação unificada deste, fragilizando-o na disputa partidária. Por outro lado, a maioria de direita na CEN não reflete a correlação de forças no seio da militância partidária.

Para entender a atual configuração de forças do PSOL, é necessário fazer alguns esclarecimentos em relação ao processo que deu origem à dissidência da APS. No V Encontro Nacional da APS, realizado nos dias 4, 5 e 6 de maio de 2012, em Brasília, as divergências acumuladas entre os dois setores da tendência vieram à tona. De um lado, um setor de esquerda, composto pela maioria dos militantes da APS¹¹ e que questionava a linha política moderada conduzida pela maioria da direção da tendência.¹² De outro, um setor de direita composto pela maioria das figuras públicas da APS e que defendia a manutenção daquela linha política. Diante do grau de divergência e da iminente derrota, o setor mais moderado decidiu não participar do Encontro, dando origem ao setor que chamamos aqui de Dis-APS. Como a direção questionada pela maioria da militância orgânica da APS em 2012 foi responsável pela nomeação dos membros desta no DN e na CEN em 2011, *essas instâncias ficaram com a representação distorcida*. Dos cinco membros eleitos pela APS no último congresso do PSOL, quatro foram para sua dissidência, enquanto a maioria da militância da tendência ficou com *apenas um*. Logo, a representatividade da CEN e do DN¹³ está distorcida a favor da direita partidária. Porém, como a direita partidária possui um real predomínio na face pública, ela pode utilizar os enormes poderes organizativos concentrados por esse centro de poder para conquistar efetivamente a maioria dos delegados no próximo congresso, de tal

modo que hoje é muito difícil fazer um prognóstico sobre qual será o bloco majoritário no próximo período.

Considerações finais

Os dados apresentados ao longo deste artigo apontam para muitas contradições existentes no PSOL.

Sua coalizão dominante é formada majoritariamente por trabalhadores assalariados e não conta com nenhum grande empresário, o que confirma o caráter *classista* do partido. Porém, não apenas observamos que a elite partidária é formada por aquele setor do proletariado que pode ser reconhecido como classe média urbana; também foi constatada a gigantesca hegemonia da categoria docente. *Os dados aqui obtidos permitem afirmar com segurança que o PSOL é um partido dirigido por professores.* Por um lado, isso está de acordo com a tradição da extrema esquerda de partido de vanguarda, isto é, um partido dirigido por intelectuais marxistas capazes de conduzir o proletariado para o objetivo da revolução socialista (Mandel, 1976). Por outro lado, o fato de esses intelectuais exercerem, em sua maior parte, função em alguma instituição de ensino torna a *representatividade destes muito menor*. Não são indivíduos das diversas categoriais sociais que compõem o heterogêneo proletariado do mundo contemporâneo, sendo profissionalizados pelo partido para exercer a função de vanguarda. Aqueles que são conduzidos aos postos de direção são professores que, como tais, já exercem a função intelectual. Essa condição intelectual é, portanto, preexistente e não fabricada pelo partido, o que revela certa elitização dos dirigentes partidários. Um trabalhador manual, por exemplo, de início já leva uma desvantagem muito grande em relação aos professores que possuem o trabalho intelectual como seu ofício.

Tal hipótese é confirmada pelos dados de escolaridade. Estes indicam a existência de filtros informais quase intransponíveis para os trabalhadores não intelectuais. O elevado índice de escolarização, tanto na face pública como na CEN, corrobora a hipótese de que os recursos intelectuais preexistentes são indispensáveis para que um indivíduo possa ascender à elite partidária. Por isso, apesar da semelhança, não podemos assimilar a elite do PSOL à noção de vanguarda da teoria leninista de organização, pois, nessa teoria, todos os trabalhadores têm condições de assumir a vanguarda. Essa condição

seria dada pela educação marxista fornecida pelo próprio partido e pela experiência decorrente da prática revolucionária (*Ibidem*). Ora, nossa investigação registrou como sendo fundamental a educação formal adquirida por intermédio das instituições de ensino superior. Não que a experiência política não seja um filtro importante; aliás, podemos dizer que ela é tão decisiva quanto é a taxa de escolaridade. Porém, enquanto a experiência política é um critério democrático disponível a todos que pretendem ingressar na vida partidária, a taxa de escolaridade é um critério elitista em um contexto em que a universalização do ensino superior é uma realidade distante. O curso superior ainda é algo para poucos. E são estes que monopolizam a coalizão dominante do PSOL. O resultado disso é que, em vez de um partido de trabalhadores em geral, considerando-se sua coalizão dominante, *o PSOL pode ser mais bem descrito como um partido de professores*.

Além disso, alguns dados apontam para a oligarquização do PSOL, em especial aqueles referentes à taxa de parlamentarização. Herdeiro da linha política do PT das décadas de 1980 e 1990, o PSOL é um partido que procura manter um pé na tática de luta social, por meio da inserção em movimentos sociais, e outro pé na tática eleitoral, por meio da inserção nas instituições estatais.¹⁴ Conforme apontam os estudos de Amaral (2003), Iasi (2006), Ribeiro (2008) e Coelho (2012), um dos principais fatores que explicam o transformismo do PT é o aumento da importância do segundo elemento em detrimento do primeiro. Como pequena parte saída do PT na década de 2000, o PSOL herdou em parte esse peso desproporcional da tática eleitoral, dado que ele nasce em uma conjuntura de descenso das lutas sociais e com uma inserção institucional bastante significativa para seu diminuto tamanho. Se, apesar disso, parte ou a totalidade da elite partidária possui um histórico de participação em movimentos sociais e sindicais, por outro lado, a taxa de parlamentarização da CEN e o grau de profissionalização política da sua face pública são bastante significativos. Se seguirmos o raciocínio de Przeworski (1989), segundo o qual a tática eleitoral contribui para a moderação política dos partidos proletários, e, consequentemente, para um processo de substituição de fins a médio ou longo prazo, fica um alerta para aqueles que apostam no PSOL como uma alternativa revolucionária. É sintomático que o equilíbrio de forças verificado na CEN transforma-se em hegemonia indiscutível do bloco de direita na

face pública. Registra-se novamente que a dis-APS e o MTL são as principais responsáveis pelo aumento da taxa de parlamentarização verificada na atual CEN. Ora, é justamente essa fração partidária que hoje pressiona o PSOL em direção à moderação política.

A face pública se diferencia das demais partes da organização devido ao fato de que sua legitimidade repousa mais no desempenho eleitoral do que em fatores internos. Ou seja, para manter seu poder, precisam conquistar a simpatia dos eleitores e não dos filiados do partido, tal como ocorre com os dirigentes formais. Nesse sentido, é normal esperar que ela traduza em menor medida do que a direção os interesses da massa partidária – sua responsividade é com eleitorado e não com os filiados, ou seja, ela deve dialogar com a opinião pública em geral (palco da hegemonia burguesa) e não somente com os militantes socialistas.

A presença da face pública no seio da coalizão dominante somada à alta taxa de parlamentarização da CEN são fatores que contribuem de maneira muito forte para que o PSOL modere seu discurso e sua prática política ao longo do tempo. De qualquer modo, essa tendência não é inexorável, mas se traduz hoje em uma luta decisiva entre a direita e a esquerda do partido. Um novo impulso da luta de classes do proletariado certamente reforçaria a tática de lutas sociais. A balança, que hoje tende a pesar para a direita, se equilibraria novamente. Um indício disso pode ser encontrado no fato de que a simples avaliação de que estaríamos próximos de um período da luta de classes mais ofensivo foi o que levou o MES – que até então era a tendência que se posicionava (junto com o MTL) mais à direita no partido – a compor com o bloco de esquerda no último período. As manifestações que sacudiram o país em junho de 2013 podem ser o início de uma nova era para a vida política do Brasil, e, por consequência, também do PSOL. Mas isso somente o tempo dirá. Hoje, o caráter socialista do PSOL deve ser descrito tal como o do PT no fim da década de 1980, isto é, como um claro enigma¹⁵ (Guimarães, 1990).

Nesse sentido, vale registrar que existem outros fatores importantes para diagnosticar o caráter aberto da evolução política do PSOL. Um deles é o fato de que até hoje não se formou um campo majoritário no partido. Cada congresso realizado até agora foi marcado pela vitória de um agregado de forças diferentes. Apesar de a APS compor todas as chapas vitoriosas, sozinha ela está longe

de obter a maioria absoluta,¹⁶ ainda mais após haver rachado ao meio. Ainda que a dis-APS controle a face pública, sua base social se fragilizou por ter rompido com a maioria dos integrantes da APS.

Além disso, nem mesmo a tendência à oligarquização é um dado inexorável. Um exemplo disso é a questão da presença feminina na CEN, em que a tendência do crescente predomínio masculino foi revertida por uma decisão política tomada na instância em que os militantes da base conseguem repercutir em maior grau a sua vontade: o Congresso do partido.

Em síntese, este artigo evidenciou que a existência de certa elitização e até mesmo de algum grau de oligarquização e seu corolário, a moderação política, faz parte da realidade do PSOL. Se essa tendência continuar a se impor, a consequência será a aproximação cada vez maior desse partido à realidade do PT, a qual pode ser descrita como “uma esquerda para o capital” (Coelho, 2012). Devido à característica organizativa que o aproxima de uma federação de tendências, é possível prever que, nesse quadro, tal movimento de moderação não deve atingir o partido como um todo. Um novo reagrupamento da esquerda socialista se coloca no horizonte. Porém, uma ruptura não parece estar em um horizonte próximo, devido à fragilidade do partido, nem o bloco de direita nem o bloco de esquerda teriam interesse nela. Soluções de compromisso devem impedir grandes viradas em curto prazo.¹⁷ As definições sobre os rumos do PSOL devem ser adiadas para um prazo mais dilatado. Sendo assim, existe tempo para que ocorram mudanças significativas no ambiente externo, sobretudo na conjuntura da luta de classes, o que poderia alterar profundamente a dinâmica até agora observada na evolução política do PSOL, de tal modo que ainda é uma possibilidade objetiva a hipótese de que seus militantes obstruam o caminho que leva o partido a repetir a trajetória do PT. Para lembrar Marx, nada garante que estamos em frente à presença da repetição de uma “tragédia” como simples “farsa”¹⁸.

Notas

1. Sobre o transformismo do PT ver, entre outros, Coelho (2012).
2. O centralismo democrático é uma fórmula organizativa inspirada nos bolcheviques que, grosso modo, consiste em submeter a ação da minoria à vontade da maioria como forma de garantir a unidade da ação. Como expressão da democracia partidária, a direção é responsável para operacionalizar o controle da ação dos membros do partido de acordo com as decisões congressuais, incluindo-se aí

o controle sobre a face pública do partido. É preciso, entretanto, distinguir o centralismo democrático do centralismo burocrático, considerando que o primeiro, para ser efetivo, necessita de alguns pressupostos (ausentes no segundo), como regras que “incluem o direito de todo membro de estar completamente informado sobre as diferenças de opinião sobre a direção; o direito de formar tendências e apresentar pontos de vista contraditórios diante dos membros antes das eleições de diretores e dos congressos; a convocação regular de congressos; o direito de revisar periodicamente as decisões majoritárias à luz de experiências posteriores, isto é, o direito das minorias de tentar periodicamente revogar as decisões da maioria; o direito de iniciativa política da maioria e dos membros das minorias durante os congressos, etc.” e .(Mandel, 1976, p. 79-80).

3. Em nosso entendimento, a ausência de centralismo democrático no PSOL explica-se por sua origem. Uma vez que o partido surgiu a partir de confluência de tendências (ou frações destas) que romperam com o PT, estas optaram por manter a autonomia organizativa de que gozavam naquele partido.
4. Priorizamos a profissão atual, exceto para a face pública. Como esta é profissionalizada na política, foi necessário saber a profissão oficialmente declarada para poder medir a sua representatividade social.
5. O documento apresentado por esse setor para a reunião do Diretório Nacional ocorrida em 27 e 28 de abril de abril de 2013, por exemplo, foi intitulado como “Propostas de resolução do Bloco de Esquerda ao Diretório Nacional”. Disponível em: <<http://csolpsol.org/psol/bloco-de-esquerda-do-psol-pede-saida-de-randolfe-da-base-governista-no-senado/>>. Acesso em: 2 de jul. de 2013.
6. “Nossa base programática não pode deixar de se pautar num princípio: o resgate da independência política dos trabalhadores e excluídos. Não estamos formando um novo partido para estimular a conciliação de classes” (Programa do PSOL).
7. Fonte: *Folha de São Paulo*. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/1026975-stf-nega-pedido-de-senadora-para-impedir-posse-de-jader-barbalho.shtml>>. Acesso em: 4 de janeiro de 2013.
8. A tendência Democracia Socialista (DS) do PT, embora tenha permanecido no partido e rompido com a IV Internacional, deu origem a uma facção que acabou fundando o PSOL. Essa facção se dividiu em duas: Liberdade Vermelha (ligada a IV Internacional) e Marxismo Revolucionário Atual (MRA). Mais tarde, as duas se fundiram, dando origem à tendência Liberdade e Revolução (LR). Em 2005, a LR se fundiu com novos setores que se desligaram do PT e com a tendência Movimento de Unidade Socialista (MUS), dando origem ao Enlace.
9. Devemos ponderar que esses não apontam para o caráter não oligárquico da CEN. Os sindicatos são organizações, e, portanto, tendem à oligarquização tanto quanto os partidos. Aliás, essa pode ser uma das chaves para se compreender por que o setor do novo sindicalismo foi aquele que se consolidou como o setor oligárquico do PT.
10. Naquele momento, esse era o bloco mais à direita no partido. Porém, a maioria do MES acabou girando à esquerda no último período.
11. “A participação de delegações de onze dos dezenove estados onde a APS tem coletivos (BA, DF, ES, MA, MG, PA, PB, PI, PR, RJ e RN) e de 35 observadoras/es de diversos estados inclusive AM, MS, SP, RS, e GO, além de assinaturas de apoio às teses aprovadas por militantes de todos os dezenove estados onde a APS tem militância (AP, AM, BA, DF, ES, GO, MA, MG, MS, PA, PB, PI, PR, RJ, RN, RR,

RS, SC e SP) demonstram, de forma inequívoca, que a maioria da APS comunga das teses aprovadas no V ENAPS e quer reconduzir a corrente aos métodos democráticos e à política revolucionária. Participaram 24 delegadas/os do total de 44 eleitos nos dezesseis encontros estaduais. Enquanto isso, a tese dissidente tinha dezesseis delegados e a tese, ‘Manifesto’, quatro” (Comunicado do V APS à militância).

12. “O fato é que, desde 2007, nossa corrente experimentou um processo bastante importante de desfiguração política e de seus métodos. Ao longo desse período, parte de nossos dirigentes patrocinou um constante processo de abandono de nossas tradições históricas e de subordinação de nossos princípios a uma lógica institucionalista e eleitoral que causou estranhamento e desconforto na maioria esmagadora da corrente. Desfigurações políticas foram se instalando de forma paulatina. A proposta de apoio a Marina Silva (PV) nas eleições presidenciais de 2010, e a linha eleitoreira e neodesenvolvimentista implementada pelo PSOL amapaense e pelo senador Randolfe Rodrigues (com aval da maioria da antiga Coordenação Nacional – CNAPS) são apenas alguns exemplos dessa deturpação programática. Durante os últimos anos, travamos o debate interno contra essas concepções nos fóruns da APS e mesmo dentro do PSOL. A verdade é que esses problemas têm como pano de fundo diferenças importantes na estratégia, no caráter do Programa Democrático e Popular, na análise da conjuntura nacional e internacional, na tática política e eleitoral e na construção partidária” (Comunicado do V APS à militância).
13. A esquerda partidária contestou recentemente a legitimidade do DN do seguinte modo: “Podemos constatar que o DN não representa a maioria dos militantes de várias maneiras. Uma das formas de deixar esta avaliação evidente é a realidade de Belém. Na plenária municipal do partido realizada no dia 29/11, que reuniu quase quatrocentos militantes, um balanço da campanha que defendemos no diretório foi aprovado por clara maioria (193 votos contra 151). Em todo o estado do Pará a mesma maioria se mantém. Apesar disso, quase todos os representantes do Pará no Diretório Nacional, isto é, os que são ligados à dissidência da APS, não se comoveram com a voz da maioria da militância de Belém e votaram a favor da proposta Ivan-Randolfe. O único representante do Pará no DN que votou de acordo com a posição da maioria dos militantes de Belém foi Douglas Fernandes, signatário deste texto. Se isso não bastasse, *todos sabem que a corrente APS sofreu uma divisão depois do congresso do PSOL, na qual a política de Ivan-Randolfe perdeu a maioria dos militantes, embora esta maioria não se expresse na composição do Diretório Nacional* (grifo nosso). Por fim, cabe dizer que o MTL (corrente política da qual participavam, na época do Congresso, entre outros militantes, Martiniano Cavalcante, Elias Vaz, Janira Rocha) enfrenta uma grave crise e perdeu muitos militantes. Aliás, o balanço das eleições apresentado por Ivan Valente não fala nada de Goiânia, cidade que, quando Elias Vaz era candidato a prefeito, havia sido definida como uma das prioridades nacionais do partido (Elias Vaz, citado pela CPI que investiga o caso Cachoeira, retirou depois sua candidatura)” (Um Diretório Nacional que não reflete a maioria da militância do PSOL. Disponível em: <<http://csolpsol.org/psol/um-diretorio-nacional-que-nao-reflete-a-maioria-da-militancia-do-psol/>>). Acesso em: 8 de jan. de 2013).
14. O filósofo e dirigente do Enlace José Corrêa Leite apresenta tal dilema do seguinte modo ao analisar a atuação do partido durante os protestos de massa que sacudiram

o país em junho de 2013: “o PSOL tem tido uma forte participação na maioria dos protestos, integra organicamente quase todos os movimentos de esquerda que saem para protestar e poderia ser uma expressão do ‘partido das ruas’. Mas é um partido híbrido, em parte preso ao passado petista da esquerda brasileira, em parte voltado para os movimentos e lutas do século XXI. Ele vive e deve resolver seu drama hamletiano: enquanto a imensa maioria da militância está na rua como parte do movimento lutando contra o sistema, o grupo ao redor de seu presidente Ivan Valente encarna o ideal do partido como instituição, persegue uma estratégia estritamente eleitoral e vive uma nostalgia do seu passado petista mal-resolvido” (LEITE, 2013).

15. Para fazer justiça à história do PT, é necessário observar que seu destino não estava traçado de antemão. A queda do muro de Berlim que fragilizou a influência da ideologia socialista; a reestruturação produtiva que minou as bases do movimento operário tradicional; a eficácia estratégica da cúpula católica na obstrução da influência da teologia da libertação; os erros táticos cometidos pela esquerda partidária quando obteve a maioria da direção etc.; essas são algumas das muitas variáveis políticas e sociológicas que devem ser mobilizadas para que se entenda a trajetória do PT. Apontar anacronicamente a inevitabilidade da moderação do PT em função de alguma lei sociológica qualquer nos parece ser um exercício bastante fútil e perigoso, pois mutila o processo histórico de todas as suas lutas e seus acasos.
16. No último congresso, a chapa APS/dis-Enlace/TLS obteve 139 votos em um total de 329 votantes. Ou seja, a chapa vitoriosa conseguiu conquistar apenas 41,94% dos delegados presentes. Informações disponíveis em <<http://www.tsavkko.com.br/2011/12/analise-do-iii-congresso-do-psol.html>>. Acesso em: 07 jul. 2013.
17. Ainda que o partido tenha se polarizado e o centro partidário seja numericamente insignificante, podemos prever que ele pode jogar um papel decisivo em 2014, de tal modo que hoje nos parece bem provável que o nome de Chico Alencar deve ser indicado como candidato à presidente da República.
18. “Hegel observa em uma de suas obras que todos os fatos e personagens de grande importância na história do mundo ocorrem, por assim dizer, duas vezes. E esqueceu-se de acrescentar: a primeira vez como tragédia, a segunda como farsa” (MARX, 2013). Pode parecer exagerado o uso do termo “tragédia” para caracterizar o processo de moderação política do PT. Porém, se nos colocarmos no ponto de vista da emancipação do proletariado e seguirmos o raciocínio de Iasi (2006) – de que a trajetória do PT é a expressão da trajetória da consciência da classe trabalhadora brasileira neste período –, “tragédia” talvez seja um termo muito modesto para descrever a catástrofe que isso significou para o avanço em direção a uma necessária consciência socialista e revolucionária. Do mesmo modo, o termo “farsa” é impreciso, pois a trajetória psolista está longe de ser representativa desse movimento da consciência de classe. Afinal, a maior parte do setor organizado do proletariado (ainda?) está longe de reconhecer o PSOL como seu partido.

Referências

- AMARAL, O. E. *A estrela não é mais vermelha*. São Paulo: Editora Garçoni, 2003.
ANTUNES, R. L. C. *O caracol e a concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2005.

- BIANCHI, A.** *A organização como uma questão estratégica: passado e presente.* Disponível em: <www.pstu.org.br/teoria_materia.asp?id=11420&ida=29>. Acesso em: 20 abr. 2010.
- CODATO, A.; PERISSINOTTO, R. M.** Marxismo e elitismo: dois modelos antagônicos de análise social? *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v.24, n.71, p.143-53, out. 2009.
- COELHO, E.** *Uma esquerda para o capital: o transformismo dos grupos dirigentes do PT (1979-1998).* Feira de Santana: Editora UEFS/ Xamã, 2012.
- DELMANTO, J.; SEDA, J.** *PSOL: uma hipótese.* São Paulo, Trabalho de Conclusão de Curso em jornalismo, Faculdade Cásper Líbero, 2008.
- GUIMARÃES, J.** *Claro enigma: o PT e a tradição socialista.* Campinas, Dissertação de Mestrado, Unicamp, 1990.
- IASI, M. L.** *As metamorfoses da consciência de classe: o PT entre a negação e o consentimento.* São Paulo: Expressão Popular, 2006.
- KATZ, R.; MAIR, P.** *Changing Models of Party Organization and Party Democracy: The Emergence of the Cartel Party.* *Party Politics*, v. 1, n.1, p.5-8, 1995.
- LACERDA, A. D. F.; MOURA, P.** As razões da esquerda radical: eleições e organização partidária em um extremo ideológico. *Anais do 7º Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política.* Recife: ABCP, 2010.
- LEITE, J. C.** *A esquerda e os indignados brasileiros.* Disponível em: <<http://outrapolitica.wordpress.com/2013/07/02/as-esquerdas-e-os-indignados-brasileiros/>>. Acesso em: 07 jul. 2013
- MANDEL, E.** *La teoría leninista de la organización.* México: Serie Popular Era, 1976.
- MARX, K.** *O dezoito Brumário de Louis Bonaparte.* Disponível em: <<http://www.marxists.org/portugues/marx/1852/brumario/>>. Acesso em: 07 jul. 2013.
- MENEGUELLO, R.** *PT: a formação de um partido, 1979-1982.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- MICHELS, R.** *Sociología dos Partidos Políticos.* Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.
- PANEBIANCO, A.** *Modelos de partido: organização e poder nos partidos políticos.* São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- POMPÉO, F. S.** *As origens do PSOL.* Disponível em: <http://www.urutagua.uem.br/012/12pompeo.htm#_ftn6>. Acesso em 20 ago. 2013.
- PRZEWORSKI, A.** *Capitalismo e social-democracia.* São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- RIBEIRO, P. J. F.** *Dos sindicatos ao governo: a organização nacional do PT de 1980 a 2005.* Tese de doutorado em Ciência Política, Universidade Federal de São Carlos, 2008.

